D.O.M.

Estado do Rio de Janeiro, 03 de Junho de 2024. Secretaria de Comunicação

Diário Oficial do Município de Mangaratiba

Endereço: Praça Robert Simões, nº 92 - Centro - Mangaratiba - RJ
Telefone: (21) 2789 6000 • Site: http://www.mangaratiba.rj.gov.br/novoportal

PREFEITURA
MANGARATIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO

Ano XX Edição Nº
2055

05/06: Orquestra Juvenil Carioca fará apresentação gratuita no centro de Mangaratiba em homenagem ao Dia do Meio Ambiente

Para celebrar o Dia Mundial do Meio Ambiente, **no próximo dia 05 de junho, às 19h**, Mangaratiba vai receber na Praça Robert Simões (Centro) o espetáculo 'Chovendo na Roseira – Tom Jobim 30 anos de saudade'. A apresentação, gratuita, será realizada pela Orquestra Sinfônica Juvenil Carioca e o Coro Juvenil do Rio de Janeiro, sob regência de Carlos Sarria, e as participações especiais da atriz Isabel Fillardis, e do gaitista José Staneck.

O show, além de celebrar a data ambiental, fará uma homenagem ao genial Tom Jobim, um dos artistas brasileiros que mais cantou nossas belezas naturais mundo afora. Entre os sucessos que serão musicados pelos 70 integrantes da Orquestra Sinfônica Juvenil Carioca estão *"Águas de março", "Samba do Avião", e "Água de Beber".*

O concerto tem patrocínio do Instituto Cultural Vale, por meio da Lei Federal de Incentivo à Cultura, e conta com apoio da Prefeitura de Mangaratiba, por meio da Secretaria de Eventos, e da e Paróquia Nossa Senhora da Guia.

Espetáculo "Chovendo na Roseira – Tom Jobim 30 anos de saudade", uma celebração ao Dia do Meio Ambiente
05/06
19h
Praça Robert Simões, Centro/Mangaratiba (em frente a Paróquia Nossa Senhora da Guia)
Entrada franca
Classificação livre



EXTRATO DO CONTRATO N° 018/2024 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº 001/2024 - SMEEL – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3687/2024
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANGARATIBA
CONTRATADO: INSTITUTO CONHECER
Fundamentação Legal: Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
Objeto: Constitui objeto do presente a contratação de instituição de ensino, para realização da Capacitação de Servidores (Docentes e Equipe Técnico-Pedagógica) da rede Municipal de ensino, conforme termo de referência.
Prazo: O prazo de vigência da contratação será de 08 (oito) meses, contados da data de assinatura do presente instrumento.
Dotação Orçamentaria: As despesas com a execução do presente Contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer de n°: 02.08.01.12.36 1.0009.2048.3.3.90.39.99.15730000, tendo sido emitida nota de empenho de n°00563/2024-01 no valor de R$ 508.620,00 (quinhentos e oito mil, seiscentos e vinte reais).
Valor: Dá-se a este contrato valor global de R$ 508.620,00 (quinhentos e oito mil, seiscentos e vinte reais).
Data da Assinatura: Mangaratiba, 08 de abril de 2024.

ERRATA DO DECRETO Nº 4.983, DE 17 DE JANEIRO DE 2024, publicado do DOM, edição 1988, de 06/02/2024, página 08.
Onde se lê: DECRETO Nº 4.983, DE 17 DE JANEIRO DE 2023
Leia-se: DECRETO Nº 4.983, DE 17 DE JANEIRO DE 2024

ERRATA DO DECRETO Nº 4.996, DE 25 DE JANEIRO DE 2024, publicado no DOM, edição 1988, de 06/02/2024, página 13.
Onde se lê: DECRETO Nº 4.996, DE 25 DE JANEIRO DE 2023
Leia-se: DECRETO Nº 4.996, DE 25 DE JANEIRO DE 2024

Prefeito
Alan Campos da Costa

Vice-Prefeito
Alcimar Moreira Carvalho

Chefe Geral de Gabinete
Jonathan Marins Aguiar

Secretário Municipal de Governo, Desenvolvimento Econômico, Relações Institucionais e Políticas Públicas Para as Mulheres
Michel Eliziario Santos

Secretário Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação
Fabiano Silveira das Chagas

Procurador Geral do Município
Paloma Sapede Silverio Marins Aguiar

Secretário Municipal de Administração
Jonathan Marins Aguiar

Secretário Municipal de Compras e Suprimentos
Elen Garcia Machado

Controlador Geral do Município
Gabrielle Bauerfeldt Varella

Secretário Municipal de Obras e Urbanismo
Marcio Souza Gomes

Secretário Municipal de Habitação
Antonio Marcos Rodrigues Zichtl

Secretário Municipal de Serviços Públicos
Leonio da Silveira Dias

Secretário Municipal de Transportes
Eduardo Estrela dos Santos

Secretário Municipal de Fazenda
Jacques Barbosa Pereira

Secretário Municipal de Finanças e Planejamento
Marcos Antonio Sousa de Oliveira

Secretário Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos
Daniel dos Santos

Secretário Municipal de Meio Ambiente
Claudio Vinicius Monsores Passos Maia

Secretário Municipal de Agricultura e Pesca
Ricardo Gicquel da Silva

Secretário Municipal de Turismo
Fernando Luis Mattos da Matta

Secretário Municipal de Eventos
Roberto Carlos de Assis Monsores

Secretario Municipal de Ordem Pública
Marcos Mozer da Silva

Secretario Municipal de Cultura

Secretário Municipal de Segurança e Trânsito

Secretário Municipal de Saúde
Naian Araujo Bichara

Secretário Municipal de Defesa Civil
Paulo Rogério Gonçalves Escarani

Secretária Municipal de Educação, Esporte e Lazer
Brena da Costa Maia

Secretário Municipal de Comunicação
Vladimir da Silva Aguiar Junior

Presidente do Instituto José Miguel
Sandra Mara de Oliveira

Presidente da Fundação Mário Peixoto
Indiovana dos Reis da Silva

Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Mangaratiba
Anderson da Silva Moreira

Presidente da Empresa Pública de Transportes de Mangaratiba
Rafaela Ferreira da Rocha

Presidente
Renato José Pereira

Vice Presidente
Nilton Santiago

1° Secretário
Josué dos Santos

2° Secretário
Doriedson Thimoteo da Costa

Vereadores:
Alessandro Portugal
Cecília Ribeiro Cabral
Davi dos Santos Farias
Doriedson Thimoteo da Costa
Eduardo Ferreira Jordão
Hugo Dourado Graçano
João Fellippe de Souza Oliveira
Josué dos Santos
Maír Araújo Bichara
Nielson Kopke de Jesus
Nilton Santiago
Renato José Pereira
Wladimir da Conceição Pereira

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTES E LAZER

PORTARIA SMEEL Nº 22, DE 27 DE MAIO DE 2024.

Institui a Educação de Jovens e Adultos Combinada – EJAC, ofertada no Centro de Educação de Jovens e Adultos Municipal – CEJAM Professora Andrea Felix de Oliveira Dias, implementa a Matriz Curricular da Educação de Jovens e Adultos Combinada - Ensino Fundamental Anos Finais e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTES E LAZER, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando que Lei Federal nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional atribui, em seu Art. 26, competência aos sistemas de ensino para estabelecer sua Matriz Curricular adequada às características regionais e locais, desde que preservada a base nacional comum;

Considerando a Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017, que Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular;

Considerando a Resolução CNE/CP nº 1, de 28 de maio de 2021, que Institui Diretrizes Operacionais para Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e Educação de Jovens e Adultos a Distância;

Considerando que o art. 9º do Decreto Municipal nº 3773, de 25 de abril de 2017, que atribui a Secretaria Municipal de Educação estabelecer normas complementares no Sistema Municipal de Ensino;

RESOLVE:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º No Centro de Educação de Jovens e Adultos Municipal- CEJAM Professora Andrea Felix de Oliveira Dias será ofertada a Educação de Jovens e Adultos Combinada - EJAC.

Art. 2º A Educação de Jovens e Adultos Combinada - EJAC é a forma de oferta semipresencial e tem como base o cumprimento da carga horária mínima estabelecida para cada segmento/etapa de duas formas: direta e indireta, com o objetivo de atender os estudantes que necessitam de flexibilidade para o acesso e a continuidade dos estudos.

Art. 3º Na EJAC, a carga horária direta será de, no mínimo, 30% (trinta por cento), sempre com o professor, para mediação dos conhecimentos, conteúdos e experiências, retirada de módulo e avaliação, e carga horária indireta, de no máximo 70% (setenta por cento) da carga horária exigida para Educação de Jovens e Adultos, para execução de atividades pedagógicas complementares, elaboradas pelo professor regente.

Art. 4º As matrizes curriculares da Educação de Jovens e Adultos Combinada (Ensino Fundamental Anos Finais), estabelecidas nos Anexos integrantes desta Portaria, deverão orientar a organização do currículo da EJAC.

CAPÍTULO II

DO ATENDIMENTO

Art. 5º O atendimento, no Centro de Educação de Jovens e Adultos de Mangaratiba – CEJAM, será com a Educação de Jovens e Adultos Combinada – EJAC, conforme segue:

I-Educação de Jovens e Adultos Anos Finais do Ensino Fundamental:

a) 6º ano de escolaridade do Ensino Fundamental;

b) 7º ano de escolaridade do Ensino Fundamental;

c) 8º ano de escolaridade do Ensino Fundamental;

d) 9º ano de escolaridade do Ensino Fundamental.

Art. 6º O horário de Funcionamento do CEJAM, será:

I- Atendimento administrativo, das 14 horas às 22 horas, de segunda a sexta, de janeiro a dezembro;

II- Atendimento pedagógico, das 17 horas às 22 horas, de segunda a sexta, conforme o agendamento e calendário letivo das Unidades Escolares da Rede Pública de Mangaratiba.

CAPÍTULO III

DA EQUIPE TÉCNICO-ADMINISTRATIVO-PEDAGÓGICA, ASSSESSORIA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA E APOIO

Art. 7º A equipe técnico-administrativo-pedagógica será constituída por 1 Diretor, 1 Supervisor Educacional, 1 Orientador Educacional, 1 professor aplicador de provas e professores I de acordo com a matriz curricular.

Art. 8º A equipe de assessoria técnica-administrativa será constituída por 1 secretário escolar e 1 auxiliar de secretaria escolar ou auxiliar administrativo.

Art. 9º A equipe de apoio será constituída por 1 merendeira, 1 servente e 1 inspetor.

CAPÍTULO IV

DA MATRÍCULA

Art. 10 A matrícula no Centro de Educação de Jovens e Adultos de Mangaratiba – CEJAM, para a Educação de Jovens e Adultos Combinada – EJAC, é gratuita e deve ser requerida pelo pai/mãe ou responsável legal (guardião, tutor ou curador especial), ou pelo aluno, quando maior ou emancipado, em qualquer período do ano civil.

Art. 11 Para a realização da matrícula na Educação de Jovens e Adultos Anos Finais do Ensino Fundamental o aluno deverá ter 15 (quinze) anos completos quando ocorrer matrícula.

Art. 12 Matrícula Inicial ocorre quando o aluno inicia seus estudos, seja por transferência e/ou por processo de classificação.

Art. 13 A Matrícula Reconduzida ocorre quando o aluno é reconduzido após seu desligamento.

Art. 14 A Suspensão de matrícula ocorre quando após requerimento do aluno maior de idade suspende e paralisa os estudos, podendo recomeçar os estudos no ponto que paralisou.

Art. 15 Desligamento de matrícula ocorre quando o Centro de Educação de Jovens e Adultos de Mangaratiba – CEJAM desliga o aluno após o não cumprimento da frequência no curso.

Art. 16 No ato da matrícula por transferência o pai/mãe ou responsável legal (guardião, tutor ou curador especial) pelo aluno deve apresentar:

I- Cópia do Registro de Nascimento ou certidão de casamento e Carteira de Identidade;

II- Declaração da escola de origem ou Histórico Escolar;

III- 02 fotos 3x4;

IV- Comprovante de Residência atualizado;

V- Laudo Médico (para alunos público alvo da Educação Especial);

VI- Cópia de Carteira de Identidade e CPF do pai e mãe ou responsável legal (guardião, tutor ou curador especial).

VII- Cópia dos documentos: Carteira de Identidade, Certificado de Reservista ou Comprovante de Dispensa e CPF para alunos maiores de 18 anos,

VIII- Cartão do Sus;

IX- Bolsa Família;

X – Caderneta de vacinação (exceto para maiores de 18 anos).

Parágrafo único – O pai/mãe ou responsável legal (guardião, tutor ou curador especial) pelo aluno deverá apresentar a Certidão de Nascimento e/ou Carteira de Identidade do mesmo, caso não tenha a documentação, a Unidade Escolar deverá **guardar a vaga do aluno** e encaminhar por escrito o responsável para o Conselho Tutelar, conforme o Anexo I.

Art. 17 A realização da matrícula só poderá ser impedida pela ausência da documentação (Cópia da Certidão de Nascimento e/ou Casamento, e/ou Carteira de Identidade) que comprove ser o pai e mãe ou responsável legal (guardião, tutor ou curador especial) pelo aluno.

Art. 18 Será assegurado o direito de matrícula de adolescentes migrantes, refugiados, apátridas e solicitantes de refúgio nas redes públicas de educação básica brasileiras, sem o requisito de documentação comprobatória de escolaridade anterior, nos termos do artigo 24, II, "c", da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB), e sem discriminação em razão de nacionalidade ou condição migratória.

§1º Na ausência de documentação escolar que comprove escolarização anterior, estudantes estrangeiros na condição de migrantes, refugiados, apátridas e solicitantes de refúgio terão direito a processo de avaliação/classificação, permitindo-se a matrícula em qualquer ano, conforme o seu desenvolvimento e faixa etária.

§2º O processo de avaliação/classificação deverá ser feito na língua materna do aluno, cabendo aos sistemas de ensino garantir esse atendimento. No ato da renovação de matricula, matrícula nova e/ou matricula por transferência, verificar o adolescente que não possua paternidade estabelecida, e a Unidade Escolar deverá cumprir o estabelecido na Lei Estadual nº 6381/2013 de forma sigilosa, e mantendo o arquivo atualizado com os preenchimentos dos anexos da referida lei.

CAPÍTULO V

DA TRANSFERÊNCIA

Art. 19 O aluno transferido será matriculado no ano de escolaridade equivalente, informado na declaração e/ou histórico escolar.

Art. 20 O aluno transferido com dependência e/ou progressão parcial deverá ser matriculado no ano de escolaridade equivalente, informado na declaração e/ou histórico

escolar, e cumprir a dependência da disciplina informada, para depois cumprir os módulos da disciplina vigente, do ano que o aluno está matriculado.

Art. 21 O aluno transferido deverá cumprir todas as disciplinas de cada ano de escolaridade, da matriz curricular vigente da EJAC de Mangaratiba.

Parágrafo único- Após análise do histórico escolar do aluno matriculado por transferência, verificando a pendência de disciplina o mesmo será matriculado no ano de escolaridade informado na declaração ou histórico escolar e cumprirá os módulos das disciplinas pendentes.

Art. 22 O aluno que prestou Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos -ENCCEJA e não atingiu a certificação completa no Ensino Fundamental e tem a declaração parcial de proficiência será matriculado no 9º ano do ensino fundamental e deverá cumprir as disciplinas pendentes, desde o 6º ano de escolaridade que não está habilitado.

Art. 23 Quando a transferência de aluno for proveniente de escola localizada fora do território brasileiro, à matrícula na Unidade Escolar receptora poderá ser feita por classificação, conforme análise de documentação escolar pelo Centro de Educação de Jovens e Adultos de Mangaratiba – CEJAM.

Art. 24 A matrícula por transferência e a transferência poderão ocorrer em qualquer época do ano civil.

CAPÍTULO VI

DA CLASSIFICAÇÃO

Art. 25 A classificação é um instrumento que se aplica nos casos em que o aluno não tenha ou não possa comprovar sua vida escolar e dependerá de uma avaliação específica de todas as disciplinas da matriz curricular vigente, elaborada pela equipe pedagógica do Centro de Educação de Jovens e Adultos de Mangaratiba – CEJAM, devendo constar no Projeto Pedagógico.

Parágrafo único- O responsável pelo aluno ou este, se maior, deverá declarar, por escrito e sob as penas da Lei, a inexistência ou a impossibilidade, justificada, de comprovar a vida escolar anterior.

Art. 26 Após avaliação de classificação, será realizada a Regularização da Vida Escolar pela Diretoria de Legislação e Normas, sendo registrada em Ata com assinatura dos envolvidos no processo.

§1º As avaliações de todas as disciplinas que compõem a Matriz Curricular, terão valor de 0 (zero) a 100 (cem) pontos cada, e para fins de classificação, deverão atingir no mínimo 60 (sessenta) pontos.

§2º Quando o aluno for oriundo de outro país, é garantindo o direito de realizar a prova de classificação na língua materna.

CAPÍTULO VII

DA FREQUÊNCIA

Art. 27 O aluno deverá ter obrigatoriamente, como frequência, um comparecimento no CEJAM para retirada do módulo de cada disciplina, contabilizando como carga horária direta, e um comparecimento na sala de provas para avaliação do módulo.

Parágrafo único- Conforme a necessidade do aluno, o mesmo poderá marcar a interação com o professor, para mediação dos conhecimentos, conteúdos e experiências, de acordo com os dias e horários disponíveis de cada disciplina.

Art. 28 O aluno menor de idade, que não tiver um comparecimento por mês no setor de retirada de módulo ou na interação com o professor ou na sala de provas, o Orientador Educacional, deverá realizar as três ações pertinentes que antecedem a FICAI:

a)Telefonema;

b) Carta social;

c) Assinatura de termo.

Parágrafo único- Realizadas as três ações, a Unidade Escolar encaminhará a FICAI para o Conselho Tutelar.

Art. 29 O aluno maior de idade, que não tiver um comparecimento por mês no setor de retirada de módulo ou na interação como professor ou na sala de provas, terá o desligamento de matrícula.

CAPÍTULO VIII

DAS DISCIPLINAS, DA AVALIAÇÃO E PROMOÇÃO

Art. 30 As disciplinas serão organizadas conforme a matriz curricular no Anexo, em consonância com as diretrizes curriculares nacionais e municipais.

Art. 31 As disciplinas serão subdivididas em módulos. Após o estudo do módulo, o aluno, sentindo-se apto, agendará o dia para realização da avaliação.

Art. 32 Os módulos deverão ser retirados pelo aluno, na secretaria do CEJAM, para estudos dos mesmos.

Art. 33 O aluno poderá ou não, agendar, conforme sua necessidade, com o professor de cada disciplina, para mediação dos conhecimentos, conteúdos e experiências, de forma individualizada.

Art. 34 A avaliação do módulo será realizada por meio de prova e outros instrumentos, tendo o registro de notas expressos em uma escala de 0 (zero) a 100 (cem), em cada módulo.

I-Obtendo a média mínima de 60 (sessenta) pontos, o aluno, poderá prosseguir para o próximo módulo, ou concluir a disciplina;

II-Não obtendo a média mínima de 60 (sessenta) pontos, o aluno deverá retomar os estudos do referido módulo e obrigatoriamente agendar e realizar atendimento com o professor da disciplina.

Parágrafo único- Caso, mesmo após a aplicação da segunda avaliação, o aluno não atingir a pontuação mínima, a conclusão do módulo ocorrerá através da aplicação de outros instrumentos de avaliação determinados pelo professor da disciplina e equipe técnico-pedagógica. Sendo necessário atingir a média mínima de 60 (sessenta) pontos.

Art.35 Será considerado promovido o aluno que obtiver a média mínima de 60 (sessenta) pontos em todos os módulos, em todas as disciplinas vigentes na matriz curricular de cada ano de escolaridade.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 36 A expedição de certificado ou diploma de conclusão de curso pela instituição de ensino ocorrerá após a efetivação do curso com êxito pelo estudante, na conclusão do 9º ano de escolaridade.

Art. 37 Conforme a Resolução CNE/CP nº 01/2018, que instituí a possibilidade de uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares da educação básica, devendo:

§ 1º O aluno maior de 18 (dezoito) anos solicitar o nome social durante a matrícula ou a qualquer momento sem a necessidade de mediação, através de requerimento do Anexo II.

§ 2º O aluno menor de 18 (dezoito) anos solicitar o uso do nome social durante a matrícula ou a qualquer momento, por meio de seus representantes legais, em conformidade com o disposto no artigo 1690 do Código Civil e no Estatuto da Criança e do Adolescente, através de requerimento do Anexo III.

Art. 38 O Ensino Religioso, de oferta obrigatória pela Unidade Escolar e de matrícula facultativa para o aluno, nos termos da Lei Federal nº 9475, de 22 de julho, que modifica a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394, de 20 de dezembro de 1996.

Art. 39 Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Lazer de Mangaratiba.

Art. 40 Esta Portaria entrará em vigor na sua publicação, com efeito retroativo a janeiro de 2024, revogando as disposições em contrário.

Mangaratiba, 27 de maio de 2024.

Brena da Costa Maia
Secretária Municipal de Educação, Esportes e Lazer
Matrícula nº1596

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTES E LAZER

ANEXO I

E.M. :_____

Encaminhamento para o Conselho Tutelar

O(A) senhor(a) _____ esteve presente nesta Unidade Escolar solicitando vaga para o menor _____, não apresentando documentação que comprove ser o pai/mãe ou responsável legal (guardião, tutor ou curador especial) pelo aluno.

Encaminhamos o mesmo para as devidas providências deste referido conselho. Informamos ainda que a vaga estará reservada aguardando a resposta de Vossa Senhoria.

_____
Assinatura do diretor

Obs.: Entregar uma cópia para o encaminhado e guardar uma cópia na unidade escolar, após efetivação da matrícula colocar na pasta do aluno.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTES E LAZER

ANEXO II

Unidade Escolar _____

INEP : _____

REQUERIMENTO PARA INCLUSÃO DE NOME SOCIAL

Maiores de 18 anos

Considerando *o Decreto nº 8727, de 28 de abril de 2016, que dispões sobre o uso do nome social e reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais, no âmbito da administração pública federal direta, autarquia e fundacional.*

Considerando *Resolução CNE/ CEB nº1, de 15 de janeiro de 2018 que Institui Diretrizes Operacionais para procedimentos de registro de dados cadastrais de pessoa natural referentes aos estudantes e profissionais de educação que atuam em instituições públicas e privadas de ensino em todo o território nacional*

Considerando o Art. 3º da resolução CNE/CP nº1, de 19 de janeiro de 2018, que define o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares, para alunos maiores de 18 (dezoito).

Ano Letivo: _____ Ano de Escolaridade: _____ Semestre:

Eu, _____, RG _____, expedido por _____, CPF nº _____,nascido em _____/_____/_____, na cidade _____, do Estado _____, com certidão de nascimento/casamento de nº_____ venho requerer ( ) **INCLUSÃO** / ( ) **EXCLUSÃO** do meu **NOME SOCIAL** no cadastro de matrícula desta Instituição de Ensino.

_____
Nome Social

_____
Assinatura do (a) requerente – Identificação Civil

_____, _____/_____/_____
Local/ data

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTES E LAZER

ANEXO III

Unidade Escolar _____

INEP : _____

REQUERIMENTO PARA INCLUSÃO DE NOME SOCIAL

Menores de 18 anos

Considerando *o decreto nº 8727, de 28 de abril de 2016, que dispões sobre o uso do nome social e reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais, no âmbito da administração pública federal direta, autarquia e fundacional.*

Considerando *Resolução CNE/ CEB nº1, de 15 de janeiro de 2018 que Institui Diretrizes Operacionais para procedimentos de registro de dados cadastrais de pessoa natural referentes aos estudantes e profissionais de educação que atuam em instituições públicas e privadas de ensino em todo o território nacional*

Considerando o Art. 4º da resolução CNE/CP nº1, de 19 de janeiro de 2018, que define o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares, para alunos menores de 18 (dezoito), podendo ser solicitado a qualquer momento por meio de seus representantes legais, em conformidade com o disposto no artigo 1.690 do Código Civil e no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Ano Letivo: _____ Ano de Escolaridade: _____ Semestre:

Eu, _____, RG _____, expedido por _____, CPF nº _____, como representante legal e responsável pela matrícula, venho requerer ( ) **INCLUSÃO** / ( ) **EXCLUSÃO** do ***NOME SOCIAL*** _____, no cadastro de matrícula desta Instituição de Ensino do **menor** _____ nascido em _____, na cidade _____, do Estado _____, com certidão de nascimento de nº _____

RG de nº _____ expedido por _____, CPF nº _____.

_____
Assinatura do (a) Requerente

_____, _____/_____/_____
Local/ data

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACÃO. ESPORTES E LAZER

ANEXO IV
MATRIZ CURRICULAR
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COMBINADA - EJAC – ANOS FINAIS

	Disciplina	Ano de Escolaridade												TOTAL CHI	TOTAL CHD	TOTAL
		6º	CHI	CHD	7º	CHI	CHD	8º	CHI	CHD	9º	CHI	CHD			
BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR	Língua Portuguesa	Módulo I Módulo II Módulo III	17,5 17,5 17,5	7,5 7,5 7,5	Módulo I Módulo II Módulo III	17,5 17,5 17,5	7,5 7,5 7,5	Módulo I Módulo II Módulo III	17,5 17,5 17,5	7,5 7,5 7,5	Módulo I Módulo II Módulo III	17,5 17,5 17,5	7,5 7,5 7,5	**210**	**90**	**330**
	Matemática	Módulo I Módulo II Módulo III	17,5 17,5 17,5	7,5 7,5 7,5	Módulo I Módulo II Módulo III	17,5 17,5 17,5	7,5 7,5 7,5	Módulo I Módulo II Módulo III	17,5 17,5 17,5	7,5 7,5 7,5	Módulo I Módulo II Módulo III	17,5 17,5 17,5	7,5 7,5 7,5	**210**	**90**	**330**
	História	Módulo I Módulo II	17,5 17,5	7,5 7,5	Módulo I Módulo II	17,5 17,5	7,5 7,5	Módulo I Módulo II	17,5 17,5	7,5 7,5	Módulo I Módulo II	17,5 17,5	7,5 7,5	**140**	**60**	**220**
	Geografia	Módulo I Módulo II	17,5 17,5	7,5 7,5	Módulo I Módulo II	17,5 17,5	7,5 7,5	Módulo I Módulo II	17,5 17,5	7,5 7,5	Módulo I Módulo II	17,5 17,5	7,5 7,5	**140**	**60**	**220**
	Ciências	Módulo I Módulo II	17,5 17,5	7,5 7,5	Módulo I Módulo II	17,5 17,5	7,5 7,5	Módulo I Módulo II	17,5 17,5	7,5 7,5	Módulo I Módulo II	17,5 17,5	7,5 7,5	**140**	**60**	**220**
	Arte	Módulo I	17,5	7,5	Módulo I	17,5	7,5	Módulo I	17,5	7,5	Módulo I	17,5	7,5	**700**	**30**	**110**
	Educação Física	Módulo I	17,5	7,5	Módulo I	17,5	7,5	Módulo I	17,5	7,5	Módulo I	17,5	7,5	**70**	**30**	**110**
PARTE DIVERSIFICADA	Língua Estrangeira Moderna (Inglês)	Módulo I	17,5	7,5	Módulo I	17,5	7,5	Módulo I	17,5	7,5	Módulo I	17,5	7,5	**70**	**30**	**110**
	(1) Ensino Religioso	Módulo I	17,5	7,5	Módulo I	17,5	7,5	Módulo I	17,5	7,5	Módulo I	17,5	7,5	**70**	**30**	**110**
	(2) Projeto	Módulo I	17,5	7,5	Módulo I	17,5	7,5	Módulo I	17,5	7,5	Módulo I	17,5	7,5	70	30	110
														1120	**480**	
TOTAL			**280**	**120**		**280**	**120**		**280**	**120**		**280**	**120**			**1600**
			400			400			400			400				

CHI: Carga Horária Indireta
CHD: Carga Horária Direta
(1) O Ensino Religioso, de oferta obrigatória pela escola e de matrícula facultativa para o aluno, nos termos da Lei federal 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação.
(2) O Projeto definido pelo PP da Unidade Escolar será trabalhado de forma integrada para os alunos que não optarem pela disciplina de Ensino Religioso.

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Comissão Permanente de Fiscalização e Controle de Multas em Veículos Oficiais

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 046

Processos e Ofícios de Multas em Veículos Oficiais e Auxiliares do Município

Aos 14 dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e quatro, às 10h, realizado o pregão, estando presentes no horário pactuado, o senhor Adilson Câmara - código nº 75427, Marco Antônio Sousa de Oliveira – código 77268, Evandro Ramalho da Silva - matrícula 10352, Romulo Miceli Esteves – matrícula 10504, Nivia Cristina Goes de Oliveira - código 78469, Gabriela Genuel de Jesus - código 78280, Ricardo Nunes Batista – matrícula 2750, Jorge Claudino - código nº 3303, Thainá Carolina Lopes Gomes – código 74708 e Malison Ramon Mendes da Silva – matrícula 10035, respectivamente Presidente e Membros da Comissão Permanente de Fiscalização e Controle de Multas em Veículos Oficiais e Auxiliares do Munícipio de Mangaratiba, nomeados pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, por meio da Portaria n.º 001 de 02 de janeiro de 2024, publicada no Diário Oficial Municipal n.º 1965, de 04 de janeiro de 2024, em atendimento ao que preconiza a Lei Municipal n.º 1.522/2023, reuniram-se para tratar dos processos referentes as notificações de multas em veículos da frota municipal. Às 10h o presidente declarou aberta a Reunião. Foi lida e apresentada a ATA anterior, com todos as suas tratativas, que foi aceita e aprovada por todos os membros. Após a leitura da ATA, iniciado os trabalhos desta Comissão, foi analisado o processo 455/2024, verifica-se que às fls. 09 encontra-se acostado ofício nº 134/2024, em resposta ao ofício 183/2024, acostado às fls. 08, informando o pagamento do Auto de Infração objeto do presente feito, conforme comprovante em fls. 10/11. Assim foi deliberado por esta comissão o arquivamento dos autos, tendo em vista não ter mais nada a ser apurado. Analisando o processo 2099/2024, às fls. 10, foi acostado aos autos ofício nº 134/2024, informando que em consulta ao portal "RADAR* - Gestão de Infração e penalidades de Transito" do Governo do Rio de Janeiro, não conta infrações para a viatura **placa LUP7A67**. No entanto, de fato, após acostar o relatório de multas do Sistema de Monitoramento de Infrações de Transito, às fls. 11/15 verifica-se que só há pendente de solução o **auto de infração nº I44534305.** Assim foi deliberado pela comissão que aguarde o pagamento da

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Comissão Permanente de Fiscalização e Controle de Multas em Veículos Oficiais

pendência do único auto de infração objeto do feito informado. Foi recebido por esta Comissão de Fiscalização e Controle de Multas Notificação de Penalidade referentes aos **autos de infrações nº RA10567699, RA10567722 e RA10555543, t**odos referentes a viatura **placa RIW7D91**, lotado na Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito. No entanto consta processo administrativo tombado sob o nº 1710/2024, que trata sobre as infrações de trânsito da citada viatura. Assim foi deliberado por esta Comissão de Multa, a juntada aos autos das referidas notificações, bem como oficiasse ao Secretário de Segurança e Trânsito para que indique o responsável pelo cometimento das infrações, conforme dispõe o art. 16, §2º da Lei Municipal nº 1522/2023, bem como realizar as providencias administrativas necessárias junto ao órgão autuador para regularização da pendência no prazo de 05 (cinco) dias. Não tendo mais assuntos a serem tratados, foi encerrada a presente reunião às 11h15min. Para constar, eu, Malison Ramon Mendes da Silva, na condição de Secretário da Comissão de Fiscalização Controle de Multas em Veículos Oficiais e Auxiliares do Município de Mangaratiba, lavrei a presente ata de reunião ordinária, que vai assinada por mim, pelo presidente e demais membros.

Malison Ramon Mendes da Silva – matrícula nº 10035

Adilson Câmara - código nº 75427

Marco Antônio Sousa de Oliveira – código nº 77268

Evandro Ramalho da Silva - matrícula nº 10352

Romulo Miceli Esteves – matrícula nº 10504

Nivia Cristina Goes de Oliveira - código 78469

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Comissão Permanente de Fiscalização e Controle de Multas em Veículos Oficiais

Gabriela Genuel de Jesus - código nº 78280

Ricardo Nunes Batista – matrícula 2750

Jorge Claudino - código nº 3303

Thainá Carolina Lopes Gomes – código 74708

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Comissão Permanente de Fiscalização e Controle de Multas em Veículos Oficiais

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 047

Processos e Ofícios de Multas em Veículos Oficiais e Auxiliares do Município

Aos 15 dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e quatro, às 9h, realizado o pregão, estando presentes no horário pactuado, o senhor Adilson Câmara - código nº 75427, Marco Antônio Sousa de Oliveira – código 77268, Evandro Ramalho da Silva - matrícula 10352, Romulo Miceli Esteves – matrícula 10504, Nivia Cristina Goes de Oliveira - código 78469, Gabriela Genuel de Jesus - código 78280, Ricardo Nunes Batista – matrícula 2750, Jorge Claudino - código nº 3303, Thainá Carolina Lopes Gomes – código 74708 e Malison Ramon Mendes da Silva – matrícula 10035, respectivamente Presidente e Membros da Comissão Permanente de Fiscalização e Controle de Multas em Veículos Oficiais e Auxiliares do Munícipio de Mangaratiba, nomeados pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, por meio da Portaria n.º 001 de 02 de janeiro de 2024, publicada no Diário Oficial Municipal n.º 1965, de 04 de janeiro de 2024, em atendimento ao que preconiza a Lei Municipal n.º 1.522/2023, reuniram-se para tratar dos processos referentes as notificações de multas em veículos da frota municipal. Às 9h o presidente declarou aberta a Reunião. Foi lida e apresentada a ATA anterior, com todos as suas tratativas, que foi aceita e aprovada por todos os membros. Após a leitura da ATA, iniciado os trabalhos desta Comissão, foi recebido por esta Comissão de Fiscalização de Multa ofício 298/2024, da Secretaria Municipal de Transportes, com Termo de Adesão nº 07/2023 e Contrato nº 59/2023, da empresa TRM SOLUÇÕES LTDA, referente a 07 (sete) caminhonetes, e Termo de Adesão nº 06/2023, bem como Contrato nº 58/2023, da empresa J&W TRANSPORTES, LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, referente a 09 (nove) minivans. Foi recebido por esta Comissão de Fiscalização e Controle de Multas Notificação de Penalidade referentes aos **autos de infrações nº,s FA00293200 e FA00295664**, ambos com indicação para pagamento com data de vencimento em 10/06/2024, referentes a viatura **placa RIW7D91**, lotado na Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito. No entanto consta processo administrativo tombado sob o nº 452/2024, que trata sobre as infrações de trânsito da citada viatura. Assim foi deliberado por esta

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Comissão Permanente de Fiscalização e Controle de Multas em Veículos Oficiais

Comissão de Multa, a juntada aos autos das referidas notificações, bem como oficiasse ao Secretário de Segurança e Trânsito para que indique o responsável pelo cometimento das infrações conforme dispõe o art. 16, §2º da Lei Municipal nº 1522/2023, para que proceda o devido pagamento. Foi analisado o processo 1863/2024, verifica-se que, às fls. 06/09 encontra-se acostado ofício nº 051/2024/SMC, em resposta ao ofício 160/2024, desta comissão, informando que o Contrato de locação referente a **viatura RND9G59** iniciou-se em 10/05/2023, não sendo de responsabilidade da secretaria os **autos de infrações nº,s Y34682128, B85549390, X40121341 e Y34418122**, visto que as autuações ocorreram no ano de 2022. Assim analisando o Contrato de Locação nº 058/2023, acostado às fls. 10/21, verifica-se que assiste razão a manifestação do Secretário da pasta, razão pela qual foi deliberado por esta comissão a declaração de isenção de responsabilidade do gestor no que tange os autos de infrações acima indicados. Em relação aos **autos de infrações nº,s X36605330, N31439870 e N31435388**, o Secretário da pasta informou como real infrator o senhor ISMAEL ALVES PINHEIRO JUNIOR, referente as duas primeiras infrações e o senhor THIAGO CARLOS DA SILVA, referente a última infração respectivamente. Assim foi deliberado por esta comissão que oficiasse o real infrator indicado para que regularize a pendência administrativa junto ao órgão autuador no prazo de 05 (cinco) dias com envio da comprovação da regularização da pendência. Foi recebido por esta Comissão de Fiscalização e Controle de Multas Notificação de Penalidade referentes aos **autos de infrações nº,s FA00296573, FA00295935 e FA00326451**, todos com indicação para pagamento com data de vencimento em 10/06/2024, e 17/06/2024, respectivamente, referentes a viatura **placa LRI8507**, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo. No entanto consta processo administrativo tombado sob o nº 3212/2024, que trata sobre as infrações de trânsito da citada viatura. Assim foi deliberado por esta Comissão de Multa, a juntada aos autos das referidas notificações, bem como oficiasse ao Secretário de Obra e Urbanismo para que indique o responsável pelo cometimento das infrações conforme dispõe o art. 16, §2º da Lei Municipal nº 1522/2023, procedendo o devido pagamento. Não tendo mais assuntos a serem tratados, foi encerrada a presente reunião às 10h35min. Para constar, eu, Malison Ramon Mendes da Silva, na condição de Secretário da Comissão de Fiscalização Controle de Multas em Veículos Oficiais e

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Comissão Permanente de Fiscalização e Controle de Multas em Veículos Oficiais

Auxiliares do Município de Mangaratiba, lavrei a presente ata de reunião ordinária, que vai assinada por mim, pelo presidente e demais membros.

Malison Ramon Mendes da Silva – matrícula nº 10035

Adílson Câmara - código nº 75427

Marco Antônio Sousa de Oliveira – código nº 77268

Evandro Ramalho da Silva - matrícula nº 10352

Romulo Miceli Esteves – matrícula nº 10504

Nivia Cristina Goes de Oliveira - código 78469

Gabriela Genuel de Jesus - código nº 78280

Ricardo Nunes Batista – matrícula 2750

Jorge Claudino - código nº 3303

Thainá Carolina Lopes Gomes – código 74708

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Comissão Permanente de Fiscalização e Controle de Multas em Veículos Oficiais

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 048

Processos e Ofícios de Multas em Veículos Oficiais e Auxiliares do Município

Aos 16 dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e quatro, às 9h, realizado o pregão, estando presentes no horário pactuado, o senhor Adilson Câmara - código nº 75427, Marco Antônio Sousa de Oliveira – código 77268, Evandro Ramalho da Silva - matrícula 10352, Romulo Miceli Esteves – matrícula 10504, Nivia Cristina Goes de Oliveira - código 78469, Gabriela Genuel de Jesus - código 78280, Ricardo Nunes Batista – matrícula 2750, Jorge Claudino - código nº 3303, Thainá Carolina Lopes Gomes – código 74708 e Malison Ramon Mendes da Silva – matrícula 10035, respectivamente Presidente e Membros da Comissão Permanente de Fiscalização e Controle de Multas em Veículos Oficiais e Auxiliares do Munícipio de Mangaratiba, nomeados pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, por meio da Portaria n.º 001 de 02 de janeiro de 2024, publicada no Diário Oficial Municipal n.º 1965, de 04 de janeiro de 2024, em atendimento ao que preconiza a Lei Municipal n.º 1.522/2023, reuniram-se para tratar dos processos referentes as notificações de multas em veículos da frota municipal. Às 9h o presidente declarou aberta a Reunião. Foi lida e apresentada a ATA anterior, com todos as suas tratativas, que foi aceita e aprovada por todos os membros. Após a leitura da ATA, iniciado os trabalhos desta Comissão, foi analisado o processo 450/2024, onde às fls. 35/36 encontra-se acostado ofício SMSEGT/DPP nº 106/2024, em resposta ao ofício 187/2024, acostado às fls. 34, desta comissão, esclarecendo, em uma apertada síntese, que o veículo objeto das infrações goza de isenções e descontos de tarifas de pedágios, acrescentando ainda a existência de uma ação civil pública movida pela DPU e MPF no qual a Justiça Federal do Rio de Janeiro, em caráter liminar, determinou na data de 18/04/2024, a suspensão das multas indevidas cobradas aos motoristas pelo Sistema de Pedágio "FREE FLOW" da CCR RIO-SP. Assim entendeu não vislumbrar a necessidade de identificação do motorista, visto que não houve até o momento infração de trânsito, sendo que a notificação não tem competência de prosperar por ser contrário à lei vigente. Pela Comissão, analisando o ofício enviado, os argumentos ali expostos não

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Comissão Permanente de Fiscalização e Controle de Multas em Veículos Oficiais

têm o condão de desqualificar o oficio por esta Comissão, tendo em vista que suas argumentações são totalmente despedidas de qualquer prova material do alegado. A citada liminar informada sequer consta em anexo no ofício. Por outro lado, por zelo desta Comissão, em respeito ao contido no ofício, foi feito uma pesquisa via internet, onde encontra-se noticiado em toda imprensa nacional a informação que a citada liminar perdeu sua eficácia em razão de recurso desafiado pela Advocacia Geral da União, tendo o TRF2º Região acatado o recurso. Portanto, persiste a necessidade da identificação do real infrator dado a existência das infrações. Assim foi deliberado por esta Comissão de Fiscalização de Multas, que oficiasse o Secretário de Segurança e Trânsito, informando o teor a cerca desta decisão, ressaltando a necessidade imperiosa do próprio gestor da pasta assinar todas as notificações desta comissão, tendo em vista a responsabilidade a este atribuída a teor do que dispõe o art. 16, §2º da Lei Municipal nº 1522/2023. Foi recebido por esta Comissão de Fiscalização e Controle de Multas Notificação de Penalidade referentes aos **autos de infrações nº,s RA20582902 e RA20582896**, ambos com indicação para pagamento com data de vencimento em 20/06/2024, referentes a viatura **placa KRL3040**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde. No entanto consta processo administrativo tombado sob o nº 3349/2024, que trata sobre as infrações de trânsito da citada viatura. Assim foi deliberado por esta Comissão de Multa, a juntada aos autos das referidas notificações, bem como oficiasse ao Secretário de Saúde para que indique o responsável pelo cometimento das infrações conforme dispõe o art. 16, §2º da Lei Municipal nº 1522/2023, para que proceda o devido pagamento. Analisando o processo 451/2024, verifica-se às fls. 22/23, encontra-se acostado ofício SMSEGT/DPP nº 107/2024, em resposta ao ofício 184/2024, acostado às fls. 21, desta comissão, esclarecendo, em uma apertada síntese, que o veículo objeto das infrações goza de isenções e descontos de tarifas de pedágios, acrescentando ainda a existência de uma ação civil pública movida pela DPU e MPF no qual a Justiça Federal do Rio de Janeiro, em caráter liminar, determinou na data de 18/04/2024, a suspensão das multas indevidas cobradas aos motoristas pelo Sistema de Pedágio "FREE FLOW" da CCR RIO-SP. Assim entendeu não vislumbrar a necessidade de identificação do motorista, visto que não houve até o momento infração de trânsito, sendo que a notificação não tem competência de prosperar por ser contrário à lei vigente. Pela Comissão, analisando o ofício enviado, como já anteriormente já

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Comissão Permanente de Fiscalização e Controle de Multas em Veículos Oficiais

analisado, os argumentos ali expostos não têm o condão de desqualificar o oficio por esta Comissão, tendo em vista que suas argumentações são totalmente despedidas de qualquer prova material do alegado. A citada liminar informada sequer consta em anexo no ofício. Por outro lado, por zelo desta Comissão, em respeito ao contido no ofício, foi feito uma pesquisa via internet, onde encontra-se noticiado em toda imprensa nacional a informação que a citada liminar perdeu sua eficácia em razão de recurso desafiado pela Advocacia Geral da União, tendo o TRF2º Região acatado o recurso. Portanto, persiste a necessidade da identificação do real infrator dado a existência das infrações. Assim foi deliberado por esta Comissão de Fiscalização de Multas, que oficiasse o Secretário de Segurança e Trânsito, informando o teor a cerca desta decisão, ressaltando a necessidade imperiosa do próprio gestor da pasta assinar todas as notificações desta comissão, tendo em vista a responsabilidade a este atribuída a teor do que dispõe o art. 16, §2º da Lei Municipal nº 1522/2023. Não tendo mais assuntos a serem tratados, foi encerrada a presente reunião às 10h30min. Para constar, eu, Malison Ramon Mendes da Silva, na condição de Secretário da Comissão de Fiscalização Controle de Multas em Veículos Oficiais e Auxiliares do Município de Mangaratiba, lavrei a presente ata de reunião ordinária, que vai assinada por mim, pelo presidente e demais membros.

Malison Ramon Mendes da Silva – matrícula nº 10035

Adilson Câmara - código nº 75427

Marco Antônio Sousa de Oliveira – código nº 77268

Evandro Ramalho da Silva - matrícula nº 10352

Romulo Miceli Esteves – matrícula nº 10504

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Comissão Permanente de Fiscalização e Controle de Multas em Veículos Oficiais

Nivia Cristina Goes de Oliveira - código 78469

Gabriela Genuel de Jesus - código nº 78280

Ricardo Nunes Batista – matrícula 2750

Jorge Claudino - código nº 3303

Thainá Carolina Lopes Gomes – código 74708

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Comissão Permanente de Fiscalização e Controle de Multas em Veículos Oficiais

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 049

Processos e Ofícios de Multas em Veículos Oficiais e Auxiliares do Município

Aos 20 dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e quatro, às 10h, realizado o pregão, estando presentes no horário pactuado, o senhor Adilson Câmara - código nº 75427, Marco Antônio Sousa de Oliveira – código 77268, Evandro Ramalho da Silva - matrícula 10352, Romulo Miceli Esteves – matrícula 10504, Nivia Cristina Goes de Oliveira - código 78469, Gabriela Genuel de Jesus - código 78280, Ricardo Nunes Batista – matrícula 2750, Jorge Claudino - código nº 3303, Thainá Carolina Lopes Gomes – código 74708 e Malison Ramon Mendes da Silva – matrícula 10035, respectivamente Presidente e Membros da Comissão Permanente de Fiscalização e Controle de Multas em Veículos Oficiais e Auxiliares do Munícipio de Mangaratiba, nomeados pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, por meio da Portaria n.º 001 de 02 de janeiro de 2024, publicada no Diário Oficial Municipal n.º 1965, de 04 de janeiro de 2024, em atendimento ao que preconiza a Lei Municipal n.º 1.522/2023, reuniram-se para tratar dos processos referentes as notificações de multas em veículos da frota municipal. Às 10h o presidente declarou aberta a Reunião. Foi lida e apresentada a ATA anterior, com todos as suas tratativas, que foi aceita e aprovada por todos os membros. Após a leitura da ATA, iniciado os trabalhos desta Comissão, foi analisado o processo 1710/2024, onde às fls. 31 encontra-se acostado ofício SMSEGT/DPP nº 108/2024, em resposta ao ofício 186/2024, acostado às fls. 26, desta comissão, esclarecendo, em uma apertada síntese, que já foi comunicado ao órgão responsável que as notificações, objeto do ofício 186/2024, não possui competência para prosperar, a teor do que dispõe o art. 280, §6º *"não há infração de circulação, parada ou estacionamento relativo aos veículos destinados a socorro de incêndio e salvamento, aos de polícia, aos de fiscalização e operação de transito e às ambulâncias, ainda que não identificados ostensivamente."* No entanto foi deliberado pela comissão, ainda que a legislação pertinente traga amparo aos argumentos do ofício 186/2024, esta comissão é incompetente para desconstituir a validade dos autos de infrações, devendo sua insurgência ser direcionada diretamente ao órgão

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Comissão Permanente de Fiscalização e Controle de Multas em Veículos Oficiais

autuador, no que restou desacolhido as argumentações do citado ofício. Assim foi deliberado por esta comissão que oficiasse o gestor da pasta dando ciência desta decisão. Analisando o processo 2099/2024, consta acostado às fls. 10, ofício nº 134/2024, informando que, após consulta ao "Portal RADAR – Gestão de Infração e Penalidade de Trânsito" do Governo do Estado do Rio de Janeiro, não consta infrações para o veículo de **placa LUP7A67.** Todavia, analisando o Sistema de monitoramento de infrações de Trânsito do DETRAN, acostado às fls. 11/15, consta em aberto o **auto de infração nº I44534305**, pendente de pagamento. Assim foi deliberado por esta comissão que oficiasse ao Secretário de Fazenda para que indique o responsável pelo cometimento da infração, conforme dispõe o art. 16, §2º da Lei Municipal nº 1522/2023, procedendo o devido pagamento. Analisando o processo 5182/2024, onde às fls. 08 encontra-se acostado ofício nº 254/2024/SMTM, em resposta ao ofício 170/2024, acostado às fls. 06/07, desta comissão, em uma apertada síntese, que já foi solicitada à secretaria responsável pelo veículo a indicação do autor das infrações que foram apontadas. Assim foi deliberado por esta comissão de fiscalização de multas que aguarde a resposta do ofício 170/2024, conforme já solicitado. Não tendo mais assuntos a serem tratados, foi encerrada a presente reunião às 11h15min. Para constar, eu, Malison Ramon Mendes da Silva, na condição de Secretário da Comissão de Fiscalização Controle de Multas em Veículos Oficiais e Auxiliares do Município de Mangaratiba, lavrei a presente ata de reunião ordinária, que vai assinada por mim, pelo presidente e demais membros.

Malison Ramon Mendes da Silva – matrícula nº 10035

Adilson Câmara - código nº 75427

Marco Antônio Sousa de Oliveira – código nº 77268

Evandro Ramalho da Silva - matrícula nº 10352

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Comissão Permanente de Fiscalização e Controle de Multas em Veículos Oficiais

Romulo Miceli Esteves – matrícula nº 10504

Nivia Cristina Goes de Oliveira - código 78469

Gabriela Genuel de Jesus - código nº 78280

Ricardo Nunes Batista – matrícula 2750

Jorge Claudino - código nº 3303

Thainá Carolina Lopes Gomes – código 74708

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Comissão Permanente de Fiscalização e Controle de Multas em Veículos Oficiais

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 050

Processos e Ofícios de Multas em Veículos Oficiais e Auxiliares do Município

Aos 21 dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e quatro, às 9h, realizado o pregão, estando presentes no horário pactuado, o senhor Adilson Câmara - código nº 75427, Marco Antônio Sousa de Oliveira – código 77268, Evandro Ramalho da Silva - matrícula 10352, Romulo Miceli Esteves – matrícula 10504, Nivia Cristina Goes de Oliveira - código 78469, Gabriela Genuel de Jesus - código 78280, Ricardo Nunes Batista – matrícula 2750, Jorge Claudino - código nº 3303, Thainá Carolina Lopes Gomes – código 74708 e Malison Ramon Mendes da Silva – matrícula 10035, respectivamente Presidente e Membros da Comissão Permanente de Fiscalização e Controle de Multas em Veículos Oficiais e Auxiliares do Munícipio de Mangaratiba, nomeados pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, por meio da Portaria n.º 001 de 02 de janeiro de 2024, publicada no Diário Oficial Municipal n.º 1965, de 04 de janeiro de 2024, em atendimento ao que preconiza a Lei Municipal n.º 1.522/2023, reuniram-se para tratar dos processos referentes as notificações de multas em veículos da frota municipal. Às 9h o presidente declarou aberta a Reunião. Foi lida e apresentada a ATA anterior, com todos as suas tratativas, que foi aceita e aprovada por todos os membros. Após a leitura da ATA, iniciado os trabalhos desta Comissão, foi recebido por esta comissão o processo nº 3977/2023, vindo da Procuradoria Geral do Munícipio, solicitando às fls. 42 a identificação do polo passivo, objetivando propor medida judicial cabível para reparação do dano ao erário municipal. Assim foi deliberado por esta comissão que oficiasse a Secretaria Municipal de Administração para indicar o gestor da Secretaria Municipal de Serviços Públicos na data de 05/09/2018. Analisando o processo 2282/2024, consta acostado às fls. 07/08, ofício desta comissão nº 117/2024, recebido em 21/02/2024 pelo servidor CARLOS HENRIQUE DA SILVA. No entanto, o citado ofício não foi recebido pelo próprio Secretário. Assim foi deliberado por esta comissão que oficiasse ao atual Secretário Municipal de Saúde para que indique o responsável pelo cometimento da infração, conforme dispõe o art. 16, §2º da Lei Municipal nº 1522/2023, devendo o mesmo

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Comissão Permanente de Fiscalização e Controle de Multas em Veículos Oficiais

proceder com as diligências necessárias à regularização das pendencias administrativas junto ao órgão autuador. Foi recebido por esta comissão o processo nº 3976/2023, vindo da Procuradoria Geral do Munícipio, solicitando às fls. 42 a identificação do polo passivo, objetivando propor medida judicial cabível para reparação do dano ao erário municipal. Assim foi deliberado por esta comissão que oficiasse a Secretaria Municipal de Administração para indicar o gestor da Secretaria Municipal de Serviços Públicos na data de 21/03/2019. Analisando o processo 2046/2024, consta acostado às fls. 06/07, ofício desta comissão nº 112/2024, recebido em 19/02/2024 pelo servidor FELIPE LONGO. No entanto, o citado ofício não foi recebido pelo próprio Secretário. Assim foi deliberado por esta comissão que oficiasse ao atual Secretário Municipal de Segurança Pública para que indique o responsável pelo cometimento das infrações, conforme dispõe o art. 16, §2º da Lei Municipal nº 1522/2023, devendo o mesmo proceder com as diligências necessárias à regularização das pendencias administrativas junto ao órgão autuador. Não tendo mais assuntos a serem tratados, foi encerrada a presente reunião às 10h20min. Para constar, eu, Malison Ramon Mendes da Silva, na condição de Secretário da Comissão de Fiscalização Controle de Multas em Veículos Oficiais e Auxiliares do Município de Mangaratiba, lavrei a presente ata de reunião ordinária, que vai assinada por mim, pelo presidente e demais membros.

Malison Ramon Mendes da Silva – matrícula nº 10035

Adilson Câmara - código nº 75427

Marco Antônio Sousa de Oliveira – código nº 77268

Evandro Ramalho da Silva - matrícula nº 10352

Romulo Miceli Esteves – matrícula nº 10504

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Comissão Permanente de Fiscalização e Controle de Multas em Veículos Oficiais

Nivia Cristina Goes de Oliveira - código 78469

Gabriela Genuel de Jesus - código nº 78280

Ricardo Nunes Batista – matrícula 2750

Jorge Claudino - código nº 3303

Thaina Carolina Lopes Gomes – código 74708

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Compras e Suprimentos

Processo n° 11176/2023

Fls. _____

PREGÃO PRESENCIAL SRP 044/2023

ATA DE REGISTRO DE PREÇO nº 029/2024

PROCESSO Nº 11176/2023, PP- SRP: 044/2023.

OBJETO: Contratação da empresa especializada no fornecimento parcelado de Medicamentos da RELAÇÃO MUNICIPAL DE MEDICAMENTOS (REMUME) – Farmácia Básica e Hospitalar para atendimento das eventuais necessidades das Unidades de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde conforme Termo de Referência Anexo I deste Edital.
Base Legal: Lei Federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº. 1504, de 05 de Setembro de 2007, Art. 16 – A, acrescido pelo Decreto Municipal nº. 4595/2021 e subsidiariamente pela Lei Federal nº. 8.666, de 23 de junho de 1993 e suas posteriores alterações.

Aos 22 dias do mês de maio de 2024, nas dependências da **PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Praça Robert Simões, nº. 92, Centro, Mangaratiba - RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 29.138.310/0001-59, e neste ato representado pelo Ilmº. **Secretário Municipal de Saúde,Srº Naian Araújo Bichara, Brasileiro, Dentista, Solteiro, portador da Cédula de Identidade sob o número 12.489.625-9 emitido pelo IFP/RJ, CPF/MF 053.843.737-50**, doravante designada simplesmente **ORGÃO GERENCIADOR** por intermédio da **Secretaria Municipal de Saúde**, e, de outro lado, a empresa **Serrana Distribuidora de Produtos para a Saúde Ltda.,** inscrita no CNPJ sob o nº 19.907.582/0001-12, Inscrição Estadual nº. 11.155.995, Inscrição Municipal nº. 1388614-0, com sede a Estrada do Tamborim – Número 10, - Largo do Machado – Cidade de Santa Maria Madalena - RJ, CEP.: 28.770-000, telefone (22) 2561-3115, endereço eletrônico: gccomercialvendas@gmail.com, neste ato, representada pela Senhora Katia Tonassi Signorelli, Brasileira, Divorciada, Empresária, portadora da Cédula de Identidade nº 90.850.072-1, emitido pelo DETRAN/RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº. 054.433.597-03, e, daqui por diante, denominado simplesmente **FORNECEDOR REGISTRADO,** resolvem, na forma da Legislação Federal Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 1.504, de 05 de setembro de 2007, e o Decreto Municipal 4595/2021, e suas posteriores alterações, firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, cuja minuta foi previamente examinada e aprovada pela Procuradoria Geral do Município de Mangaratiba.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DAS CONDIÇÕES

SERRANA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA:19907582000112
Assinado de forma digital por SERRANA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA:19907582000112
Dados: 2024.05.23 10:17:33 -03'00'

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Compras e Suprimentos

Processo n° 11176/2023

Fls. _____

PREGÃO PRESENCIAL SRP 044/2023

VALORES DA PROPOSTA

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
25	Atenolol 25mg	Cp	300.000	SANDOZ	R$ 0,10	R$ 30.000,00
36	Bromazepam 6mg	Cp	30.000	E.M.S	R$ 0,20	R$ 6.000,00
43	Captopril 25 Mg.	Cp	780.000	HIPOLABOR	R$ 0,07	R$ 54.600,00
63	Claritromicina 500mg Comprimido	Cp	5.000	E.M.S	R$ 3,19	R$ 15.950,00
65	Clonazepan 0,5mg	Cp	30.000	GEOLAB	R$ 0,22	R$ 6.600,00
96	Cloridrato De Ondansetrona 4mg	Cp	5.000	PHARLAB	R$ 1,30	R$ 6.500,00
101	Cloridrato De Tramadol 50 Mg Capsula	Cap	20.000	TEUTO	R$ 0,57	R$ 11.400,00
340	Haloperidol 5mg/ml sol. Inj. 1ml	Amp	3.000	UNIÃO QUIMICA	R$ 6,20	R$ 18.600,00
VALOR TOTAL: CENTO E QUARENTA E NOVE MIL, SEISCENTOS E CINQUENTA REAIS						R$ 149.650,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PEDIDOS

2.1. Os MEDICAMENTOS serão solicitados, via Comunicação Interna (**CI**), a Coordenação de Farmácia, pelos responsáveis dos setores em cada Unidade de Saúde, na medida em que existir a necessidade.

2.2. A Coordenação de farmácia de posse deste quantitativo emitirá uma ou mais **CI** para a Superintendência Administrativa de Compras, contendo a **relação** dos medicamentos necessários para o atendimento das necessidades das Unidades solicitantes.

2.3. A Superintendência Compras emitirá um ofício ao Fundo Municipal de Saúde, com a devida ciência e autorização pelo Secretário Municipal de Saúde, solicitando empenho, de acordo com as Empresas Contratadas.

2.4. Após recebimento do Empenho, a Superintendência Administrativa de Compras enviará uma **AF (Autorização de Fornecimento)** para as Empresas que procederão ao fornecimento dos medicamentos.

2.5. Os pedidos serão separados de acordo com os destinos e a origem/fonte dos recursos, CONFORME exemplos abaixo:

a) **Exemplos de destino: HOSPITAL MUNICIPAL VICTOR DE SOUZA BREVES, UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE**

b) **Exemplos de recursos/fonte: MAC, BLAT, ROYALTIES.**

SERRANA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA:19907582000112

Assinado de forma digital por SERRANA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA:19907582000112
Dados: 2024.05.23 10:17:56 -03'00'

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Compras e Suprimentos

Processo n° 11176/2023

Fls. _____

PREGÃO PRESENCIAL SRP 044/2023

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

3.1 DA CONTRATADA

a) Entregar os medicamentos no prazo estabelecido pela Secretaria Municipal de Saúde em local indicado, de acordo com as especificações e condições estabelecidas neste Estudo Técnico Preliminar/termo de Referência;

b) Substituir no prazo de 24(vinte e quatro) horas os medicamentos que forem entregues fora das especificações contratadas e requisitadas ou com prazo de validade expirado.

b) Manter em estoque quantidade necessária dos medicamentos em atendimento às necessidades da SMS.

c) Reserva-se o direito à unidade requisitante de solicitar a qualquer momento amostras para análise, a fim de comprovar a qualidade do produto ofertado, subsidiando assim a opção técnica.

d) Os preços registrados constituirão a única e completa remuneração pelos fornecimentos dos medicamentos objeto deste Termo de Referência, incluído frete até os locais de entrega.

e) Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações contratuais assumidas, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

f) Receber os pagamentos no prazo e condições previstas e estabelecidas neste termo de Referência.

g) Realizar a entrega em veículo e acondicionamento que suporte a necessidade e os cuidados necessários para manter a integridade e qualidade dos materiais durante transporte e entrega dos medicamentos;

h) Manter, na vigência do termo, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

i) Realizar a entrega em veículo e acondicionamento que suporte a necessidade e os cuidados necessários para manter a integridade e qualidade dos materiais durante transporte e entrega dos medicamentos;

j) Os funcionários da empresa deverão se apresentar devidamente uniformizados e portando documento de identificação emitido pela empresa quando do momento da entrega dos medicamentos.

k) A empresa será responsável por quaisquer danos ocasionados por si ou por seu (s) funcionário (s) a contratante e a terceiros causados por defeitos no cumprimento das obrigações contratuais.

3.2 DA CONTRATANTE

a) Requisitar os medicamentos com antecedência mínima de 72 horas para que a Empresa possa cumprir o prazo determinado para a entrega.

b) Pagar o valor das aquisições de acordo com as entregas efetivamente realizadas;

c) Fiscalizar a execução do termo / instrumento a ser firmado, apontando os vícios e defeitos, e determinando a substituição dos produtos entregues fora das especificações

d) Receber os medicamentos, nas condições estipuladas no termo/ instrumento a ser firmado.

e) Recusar o recebimento ou devolver qualquer produto em desacordo com as condições previstas neste termo / instrumento a ser firmado.

f) Processar, atestar, empenhar, liquidar e pagar o valor apresentado em Nota Fiscal, em conformidade com o instrumento a ser firmado.

SERRANA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA:19907582000112

Assinado de forma digital por SERRANA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA:19907582000112
Dados: 2024.05.23 10:18:24 -03'00'

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Compras e Suprimentos

Processo nº 11176/2023

Fls. _____

PREGÃO PRESENCIAL SRP 044/2023

g) Proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes da presente licitação, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

h) Providenciar os pagamentos à Contratada até 30 (trinta) dias após o recebimento da **Nota Fiscal Eletrônica.**

CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL DO RECEBIMENTO E DA ENTREGA

4.1. Após o recebimento do empenho a Empresa vencedora do certame entregará os medicamentos, no prazo de até 30 dias subsequente ao recebimento do empenho ou da AF, acompanhado da Nota Fiscal Eletrônica e das certidões de regularidade fiscal, no Almoxarifado Central da Secretaria Municipal de Saúde, sito à Estrada RJ 14, Alto de IBICUÍ nº 75 – Mangaratiba – RJ, em horário comercial das 08 às 16 h., que será RECEBIDO pelo Gestor e pelo FISCAL do Instrumento.

4.2. A entrega se dará da seguinte forma:

a) **Provisoriamente**, para posterior verificação da conformidade dos medicamentos com a especificação, constando das seguintes fases:

b) Abertura das embalagens;

c) Comprovação de que o material atende as especificações mínimas exigidas ou aquelas superiores oferecidas;

d) A aceitação a que se refere o subitem anterior é condição essencial para o **RECEBIMENTO DEFINITIVO** do material pela da Secretaria Municipal de Saúde;

e) O recebimento provisório dos **medicamentos** não constitui aceitação dos mesmos;

f) **Definitivamente**, após a verificação da conformidade dos medicamentos e consequente aceitação;

g) Em caso de algum tipo de irregularidade verificada, todo medicamento será devolvido, ficando o custo do transporte por conta da Empresa fornecedora, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis;

h) **Somente serão aceitos** os medicamentos que, por ocasião da data de entrega no **mínimo 80%** (oitenta por cento) **de seu período de validade vigente a contar da sua data de fabricação e para os medicamentos em que o período de validade total for igual ou inferior a um ano o percentual de aceitabilidade será de 90% (noventa por cento);**

i) **Todas as notas fiscais deverão ser eletrônicas e conter o nº do lote, nome do fabricante e o prazo de validade.**

CLAUSULA QUINTA - DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

5.1 AGESTÃO do referido **INSTRUMENTO** será exercida pelo **Secretário Municipal de Saúde.**

SERRANA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA:19907582000112 Assinado de forma digital por SERRANA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA:19907582000112 Dados: 2024.05.23 10:18:48 -03'00'

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Compras e Suprimentos

Processo n° 11176/2023

Fls. _____

PREGÃO PRESENCIAL SRP 044/2023

5.2.Os FISCAIS do instrumento, serão a **Farmacêutica Responsável pelo recebimento e dispensação dos medicamentos, Rosana de Lara Castro, CRF nº23478** que poderá indicar outros servidores para que em conjunto realize o acompanhamento do recebimento e dispensação dos medicamentos.

CLÁUSULA SEXTA - DA FORMA E DO PRAZO DE PAGAMENTO

6.1. Após o **recebimento e conferência** do **medicamento** por parte dos **responsáveis** da farmácia e do Almoxarifado Central e pelo Fiscal do Contrato, **estes farão o devido atesto no verso da Nota Fiscal Eletrônica** e a mesma será enviada via CI à Superintendência Administrativa de Compras, que remeterá ao **setor de Protocolo**, para abertura de processo de pagamento.
6.2 O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias úteis a contar do recebimento **da Nota Fiscal Eletrônica** por parte do Fundo Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SÉTIMA- DA EMBALAGEM

7.1 - Os produtos deverão ser entregues no endereço constante no Anexo I, nas quantidades solicitadas e embaladas de acordo com as condições técnicas exigidas para o transporte da origem ao destino.

CLÁUSULA OITAVA - CONTROLE DE QUALIDADE

8.1 - A avaliação da qualidade do produto ora licitado com relação à descrição, características, embalagem, peso líquido e rotulagem especificados no Edital será procedida por ocasião da entrega e, sempre que o servidor(a) responsável da Secretaria julgar necessário, poderão exigir amostra, correndo à expensas do fornecedor do produto as despesas decorrentes da análise e teste de qualidade dos produtos.

8.2 – A **Secretaria Municipal de Saúde** do Município de Mangaratiba - RJ que indicará o servidor para acompanhar a execução da Ata de Registro de Preços, que atestará o recebimento provisório e definitivo dos produtos licitados, sendo sua confirmação definitiva condicionada ao cumprimento de exigências constantes da respectiva Ata.

8.3 - Na hipótese de o produto não corresponder às exigências previstas no edital do presente certame, será devolvido a qualquer tempo e condicionado à substituição pelo fornecedor, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, ficando de logo entendido que na **Registro de Preços para a contratação da empresa especializada no fornecimento parcelado de Medicamentos da RELAÇÃO MUNICIPAL DE MEDICAMENTOS (REMUME) – Farmácia Básica e Hospitalar para atendimento das eventuais necessidades das Unidades de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde conforme Termo de Referência Anexo I deste Edital**, aceitará apenas uma única substituição, sem qualquer ônus para o Município, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

8.4 - Em caso de troca do produto, em função do que se contém no item anterior, todos os custos de armazenagem incluindo carga, descarga e movimentação de estoque relativos ao período, deverão correr por conta exclusiva do fornecedor.

8.5 - A avaliação da qualidade do produto será efetuada pela **Secretaria Municipal de Saúde**, não exclui a responsabilidade da empresa fornecedora ou o fabricante, pela qualidade do produto entregue dentro dos limites estabelecidos em lei, ou especificados em cláusula própria constante do contrato.

CLÁUSULA NONA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

SERRANA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA:19907582000112
Assinado de forma digital por SERRANA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA:19907582000112
Dados: 2024.05.23 10:19:12 -03'00'

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Compras e Suprimentos

Processo nº 11176/2023

Fls. _____

PREGÃO PRESENCIAL SRP 044/2023

9.1 - A presente Ata de Registro de Preços ora firmada entre **Secretaria Municipal de Saúde** e a empresa referida no preâmbulo deste instrumento, terá validade de **12 (doze)** meses, contados a partir da data de sua assinatura não admitindo prorrogação.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

10.1 - O atraso injustificado na entrega de materiais licitados após o prazo preestabelecido no Edital sujeitará o contratado a multa, na forma estabelecida a seguir:

10.1.1 - 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o máximo de 15 (quinze) dias;

10.1.2 - 1% (um por cento) a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, configurando-se após esse prazo a inexecução do contrato;

10.2 - As multas a que se refere o **item** acima incidem sobre o valor do pedido e serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

10.3 - Pela inexecução total ou parcial, será aplicada, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

10.3.1 - Multa por atraso a cada dia após o prazo previsto no **subitem 10.1.2**, no valor de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor do pedido, caso não sejam cumpridas fielmente as condições pactuadas;

10.3.2 - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por período não superior a 05 (cinco) anos;

10.3.3 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

PARÁGAFO ÚNICO - A aplicação da sanção prevista no **subitem 10.3.1**, não prejudica a incidência cumulativa das penalidades dos **subitens 10.3.2 e 10.3.3**, principalmente, sem prejuízo de outras hipóteses, em caso de reincidência de atraso na entrega do objeto licitado ou caso haja cumulação de inadimplemento de eventuais cotas mensais, expressamente previstas, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

10.4 - A aplicação das penalidades previstas neste **item** é de **competência exclusiva da Secretaria requisitante pelo seu ordenador de despesa**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO

11.2 - O preço registrado poderá ser cancelado pelo Município de Mangaratiba nos termos das disposições fixadas no art. 10 do **DECRETO MUNICIPAL Nº. 1504, DE 05 DE SETEMBRO DE 2007**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
12.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, no todo ou em parte, de pleno direito:
12.1.1 - Pela **Secretaria Municipal de Saúde**, em despacho fundamentado do seu Secretário.

12.1.2 - Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços.

SERRANA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA:19907582000112

Assinado de forma digital por SERRANA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA:19907582000112
Dados: 2024.05.23 10:19:36 -03'00'

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Compras e Suprimentos

Processo nº 11176/2023

Fls. _____

PREGÃO PRESENCIAL SRP 044/2023

12.1.3 - Se o fornecedor não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a unidade requisitante não aceitar sua justificativa.

12.1.4 - O fornecedor der causa a rescisão administrativa do contrato decorrente de presente Ata de Registro de Preço.

12.1.5 - Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contato decorrente desta Ata de Registro de Preços.

12.1.6 - O Valor apresentado se apresentar superior ao registrado.

12.1.7 - Por razões de interesse público, devidamente demonstrado e justificado.

12.1.8 - No caso de endereço incerto, inacessível ou ignorado.

12.2 - Pela empresa, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir às exigências preestabelecidas na presente Ata de Registro de Preços. No caso, a solicitação para cancelamento do valor registrado deverá ser formulada com a antecedência 30 (trinta) dias, facultada ao Municipio de Mangaratiba à aplicação das penalidades cabíveis.

12.3 - A comunicação do cancelamento do valor registrado, no caso previsto no item 12.1.1 será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao expediente administrativo que tiver dado origem ao registro do valor.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

13.1 - A empresa se obriga a manter-se, durante toda a validade deste registro, em compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - Esta Ata de Registro de Preços é regida pelo Decreto Municipal nº. 1504, de 05 de setembro de 2007, Decreto Municipal n.º 4595/2021 aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações.

14.2 - Os prazos previstos nesta Ata serão contados nos termos do art. 110 da Lei Federal 8.666/93 com as alterações posteriores.

14.3 - O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, ainda que a expiração do prazo de entrega previsto ocorra após seu vencimento.

14.4 - Quando se tratar de empresa representante comercial caber-lhe-á, a cada entrega, apresentar Nota Fiscal da compra do produto emitida pelo respectivo produtor, fabricante ou seu legítimo representante.

14.5 - As partes elegem o Foro da comarca de Mangaratiba, para dirimir qualquer litígio decorrente da presente Ata que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

SERRANA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA:19907582000112
Assinado de forma digital por SERRANA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA:19907582000112
Dados: 2024.05.23 10:19:59 -03'00'

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Compras e Suprimentos

Processo nº 11176/2023

Fls. _____

PREGÃO PRESENCIAL SRP 044/2023

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas nesta Ata, firmam:

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA.

Naian de Araújo Bichara
Secretário Municipal de Saúde
Prefeitura de Mangaratiba

NAIAN ARAÚJO BICHARA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

SERRANA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA:19907582000112

Assinado de forma digital por SERRANA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA:19907582000112
Dados: 2024.05.23 10:20:37 -03'00'

PELA EMPRESA:
SERRANA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA A SAÚDE LTDA.

CNPJ sob o nº 19.907.582/0001-12.

KATIA TONASSI SIGNORELLI
CPF: 054.433.597-03

EXPEDIENTE

Órgão Responsável:
Secretaria de Comunicação

Jornalistas Responsáveis:
Nivea Marques
Talita Girão

Edição e Revisão:
Jean Carlos Maia

Diagramação:
Jean Carlos Maia

Fotografia:
Renan Ferreira Vasconcellos
Hugo Borges
Cristiane Mello

Impressão:
Secretaria de Comunicação

Versão Digital
www.mangaratiba.rj.gov.br/novoportal